



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em
história 4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 4 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-906-6

DOI 10.22533/at.ed.066211903

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro *Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 2* está dividido em três volumes. Todos os capítulos tratam de temas relacionados à história do Brasil e ou geral.

Organizado em grandes temáticas, as obras trazem discussões sobre história, gênero e sexualidade; ensino de história em todos os níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior); pesquisas historiográficas; capítulos sobre lutas pela terra no Brasil; estudos sobre gastronomia (brasileira e árabe); cinema; economia; imprensa; raça; memória; narrativas pessoais e estudos de personalidades; tecnologia; história e ciência, dentre outras temáticas.

Em suma a obra é uma grande possibilidade de descobrir o que se tem de novo e de velho na História, ou seja, os mais diversos trabalhos e temas pesquisados na historiografia.

No volume I encontramos artigos sobre o século XIX e XX no Brasil a respeito do nacionalismo, a construção da sociedade imperial e pensar a identidade nacional a partir de processos migratórios.

Além disto, capítulos dedicados a estudos com fontes de atas de conselhos em Sergipe, problematizações sobre o tráfico africano, fontes cinematográficas, testamentos e até mesmo fontes utilizadas para compreender o reinado de Ramessés III no Egito.

Por fim o primeiro volume se encerra com dois artigos sobre a Idade Medieval, um tratando de Beowulf e outro da Cocanha.

Já no volume II as temáticas mais amplas abarcam pesquisas sobre ensino de história, alguns trabalhos sobre história geral e também gastronomia. Iniciando com trabalhos sobre o PIBID e práticas avaliativas, o segundo volume traz capítulos que versam sobre a construção do processo ensino aprendizagem em História, refletindo sobre os desafios e algumas perspectivas. Além disto, um capítulo sobre a BNCC, atual e articulado às discussões presentes partindo da realidade posta na rede pública.

Em um segundo momento, o volume II traz amplas contribuições a respeito do ensino sobre a África em sala de aula bem como questões étnico-raciais e narrativas em disputa.

Seguindo o modelo do primeiro volume, este se encerra trazendo capítulos que versam sobre as mais diversas fontes de pesquisa em História, como arquivos públicos, periódicos, imprensa, literatura,

O livro termina com algumas reflexões a respeito da história da ciência e pesquisas sobre gastronomia.

O volume III dedica-se a reflexões sobre gênero em sala de aula, representações do feminino, o retrato da mulher na sociedade colonial brasileira, a insubmissão feminina e discursos contra hegemônicos e a sexualidade indígena. Este último capítulo faz a ponte com o tema seguinte: disputas sobre a terra no Brasil e na América do Sul.

Em seguida você encontra capítulos sobre religiosidade, sobre a arte de curar, história e memória e história oral. O livro encerra com artigos sobre a Ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) e uma discussão sobre a esquerda brasileira.

Em suma, você tem em mãos três obras organizadas sobre os mais diversos campos, aspectos e áreas da historiografia brasileira e mundial. Aqui você encontrará capítulos que poderão contribuir para enlanguescer as pesquisas em História e também a partilha de experiências docentes nos mais diversos níveis de educação.

Espero que encontre nas leituras dos capítulos embasamento teórico metodológicos, amparo nas pesquisas e que esses capítulos contribuam para enriquecer o campo de ensino e pesquisa em História.

Agora que a profissão historiadora/historiador é regulamentada, precisamos investir ainda mais em pesquisas e divulgação destas pesquisas. Neste sentido a Atena Editora se compromete a dar visibilidade aos mais diversos temas que compõem esta obra dividida em três volumes.

Boa leitura!
Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
#EXPOSED: COMO A DISCUSSÃO DE GÊNERO EM SALA DE AULA PODE AJUDAR A COMBATER O ASSÉDIO SEXUAL NAS ESCOLAS	
Ortiz Coelho da Silva	
Janaína Guimarães da Fonseca e Silva	
Francisca Mariana Melo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0662119031	
CAPÍTULO 2	17
A COMISSÃO ESTADUAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) E A ASSISTÊNCIA À SAÚDE INFANTIL NO PIAUÍ (1942-1945)	
Francilene Teles da Silva Sousa	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.0662119032	
CAPÍTULO 3	31
EDUCAÇÃO INFANTIL E FEMINISMO: UM ESTUDO DE CASO	
Paola Camila Branco Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.0662119033	
CAPÍTULO 4	37
AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM RETRATOS FOTOGRÁFICOS DO ESTÚDIO REUTLINGER NOS TEMPOS DA BELLE ÉPOQUE (1900-1915)	
Marco Antonio Stancik	
Ana Regina Praxedes Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.0662119034	
CAPÍTULO 5	45
A MULHER NA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA: UM ENFOQUE EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII	
Alex Augusto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0662119035	
CAPÍTULO 6	54
A SEXUALIDADE INDÍGENA NAS PERGUNTAS DE UM CONFESSIONÁRIO TUPI NO PARÁ DO SÉCULO XVIII	
Jaqueline Ferreira da Mota	
DOI 10.22533/at.ed.0662119036	
CAPÍTULO 7	79
MULHERES SEM TERRA INSUBMISSAS: REFLEXÕES SOBRE OS FEMINISMOS CONTRA HEGEMÔNICOS EM CONTEXTOS RURAIS EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL	
Flávia Pereira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.0662119037	

CAPÍTULO 8	94
TERRA OU MORTE: AS DENÚNCIAS DAS FEDERAÇÕES CAMPONESAS E YANACONAS CONTRA AS FAZENDAS E O GOVERNO PERUANO, EXPOSTAS NO JORNAL UNIDAD (1960-1963)	
Marcos Marcial Matos Malpartida	
DOI 10.22533/at.ed.0662119038	
CAPÍTULO 9	107
A CABEÇA BRANCA DA HIDRA E SEUS PÂNTANOS: SUBSÍDIOS PARA UMA GEOGRAFIA DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE, E PARA NOVAS PESQUISAS SOBRE COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, E CAMPONESAS	
István van Deursen Varga	
Raimundo Luís Silva Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0662119039	
CAPÍTULO 10	120
A DIOCESE DE ITAGUAÍ, A LUTA PELA TERRA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LITORAL SUL FLUMINENSE ENTRE 1970 E 1990	
Maria do Carmo Gregório	
DOI 10.22533/at.ed.06621190310	
CAPÍTULO 11	132
ENTRE A RELIGIOSIDADE E A INSURGÊNCIA: AS SANTIDADES INDÍGENAS NO BRASIL COLONIAL	
Juliana Mary Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.06621190311	
CAPÍTULO 12	144
MUDANÇAS NO CENÁRIO RELIGIOSO BRASILEIRO: A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO, A REVERBERAÇÃO DA CRISE DO CATOLICISMO E A BUSCA MISSIONÁRIA CATÓLICA POR NOVOS FIÉIS (1950-2000)	
Derllânio Telecio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.06621190312	
CAPÍTULO 13	154
A ARTE DE CURAR (PRÁTICAS DE CURA) E SUA “CRIMINALIZAÇÃO” EM IRATI E MALLETT- PR - PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
Henrique Alexandro Senderski	
DOI 10.22533/at.ed.06621190313	
CAPÍTULO 14	163
“O QUE EU ME LEMBRO, EM PRIMEIRO LUGAR, EU NÃO SEI O PORQUÊ... OS AFOXÉS!”	
Alberto Bomfim da Silva	
Edson Farias	
DOI 10.22533/at.ed.06621190314	

CAPÍTULO 15	177
PROJETO DE EDIÇÃO DE LIVRO: MORRO DO PARAMIRIM, A VILA DE BREJEIROS E BARRANQUEIROS	
<i>Maria de Fátima Magalhães Mariani</i>	
<i>Leandro Magalhães Mariani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190315	
CAPÍTULO 16	189
MEMÓRIAS DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO (1808-1840)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190316	
CAPÍTULO 17	204
NAS TRILHAS DA MEMÓRIA: LEMBRANÇAS ATUAIS DO REPERTÓRIO REPENTISTA DE ZÉ DA PRATA	
<i>Josi de Sousa Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190317	
CAPÍTULO 18	219
VISÕES DE UMA PEREGRINA: OS CAMINHOS ENTRE SAGRADO E PROFANO NA PEREGRINAÇÃO À CIDADE DE DIVINA PASTORA	
<i>Alice Batista Guimarães</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190318	
CAPÍTULO 19	231
ENTRE A LEI E A TRIBUNA: O INÍCIO DA VIDA PÚBLICA DE JOAQUIM NUNES MACHADO (1834-1837)	
<i>Manoel Nunes Cavalcanti Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190319	
CAPÍTULO 20	243
LUIZ AUGUSTO MAY NA CAPITANIA DO GRÃO PARÁ E RIO NEGRO: ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DO DA REGIÃO (1813)	
<i>Myriam Paula Barbosa Pires</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190320	
CAPÍTULO 21	255
KARL POPPER E A CIÊNCIA HISTÓRICA	
<i>Rafael Cavalheri Peres</i>	
<i>Diego Rodstein Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190321	
CAPÍTULO 22	263
VELHOS DILEMAS, NOVOS PARADIGMAS: OS IMPACTOS DA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EM PESQUISAS SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	
<i>Juliano Cabral Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190322	

CAPÍTULO 23	275
O JORNAL <i>A LUTA</i> E O ANIVERSÁRIO DO GOLPE DE 1964 Caio Vinícius Silva Teixeira Claudia Cristina da Silva Fontineles DOI 10.22533/at.ed.06621190323	
CAPÍTULO 24	288
ESQUERDA POSITIVA OU ESQUERDA NEGATIVA? LEONEL BRIZOLA E SAN TIAGO DANTAS DURANTE O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964) Marcelo Marcon DOI 10.22533/at.ed.06621190324	
SOBRE A ORGANIZADORA	298
ÍNDICE REMISSIVO	299

CAPÍTULO 22

VELHOS DILEMAS, NOVOS PARADIGMAS: OS IMPACTOS DA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EM PESQUISAS SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 07/12/2020

Juliano Cabral Pereira

Universidade do Estado de Santa Catarina
Florianópolis – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/1149863476034369>

RESUMO: Trabalhar com documentos referentes à ditadura militar brasileira nunca é uma tarefa simples. Queimas de arquivo, apropriação de fontes pelas famílias de militares e de vítimas da repressão, materiais de um mesmo conjunto espalhados por diferentes acervos, legislação que limita o acesso a determinados documentos, registros fragmentários e incompletos, entre outros fatores, são algumas das dificuldades enfrentadas por historiadores e historiadoras envolvidos em pesquisas dentro da temática – além ainda das questões éticas comuns à História do Tempo Presente e ao trato com memórias sensíveis. Este cenário já conhecido desperta novos paradigmas quando inserido dentro da atual realidade das mídias digitais, com as alterações no armazenamento e compartilhamento de arquivos em decorrência do crescente número de acervos digitalizados que vêm surgindo nos últimos anos, sejam aqueles iniciados pelas próprias instituições arquivísticas dentro de suas instalações, quanto outros disponibilizados em sites da internet. Assim, o objetivo deste artigo é averiguar como a digitalização de documentos pode impactar nos velhos desafios

do trabalho dos historiadores e historiadoras que pesquisam a ditadura militar brasileira iniciada em 1964. Possíveis soluções e novos dilemas serão debatidos, como a facilidade de acesso e de circulação de materiais, a exposição dos indivíduos citados na documentação, os limites éticos do compartilhamento de documentos, sobre quem recai a responsabilidade de gestão no caso dos arquivos online, etc. Para tanto, terá como fontes base os documentos digitalizados dos acervos da Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina e da antiga Secretaria de Segurança e Informações de SC, utilizados na corrente pesquisa de mestrado do autor, cujo tema é a repressão no estado catarinense ao longo do período ditatorial militar.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo, Digitalização, Ditadura Militar.

OLD DILEMMAS, NEW PARADIGMS: THE IMPACTS OF THE DIGITALIZATION OF DOCUMENTS IN RESEARCHES ABOUT THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP

ABSTRACT: Work with documents of the brazilian military dictatorship never is a simple task. Destruction of evidence, appropriation of sources by the military and victims families, materials of the same set spread in different holdings, laws limiting the access to certain documents, fragmentary and incomplete records, among other factors, are some of the difficulties faced by historians involved in researches about the theme – besides ethical issues related to the History of the Present Time and the work with

sensible memories. This known context awakens new paradigms when inserted within the actual reality of digital media, with alterations in storage and sharing of files in consequence of the rising number of scanned collections in the last times, be those started by the archival institutions in its installations, as those which are available in websites on the internet. Thereby, this article's objective is to ascertain how the digitalization of documents could impact the old challenges of the historians' work which do researches about the Brazilian military dictatorship. Possible solutions and new dilemmas will be discussed, like the easy access and circulation of materials, the exposition of people that are mentioned in the documentation, the ethical limits of share documents, who is responsible for the management of the online archives, etc. Thus, the base sources will be the digitalized documents from the collections of the Indemnization's Committee for the Ex-Political Prisoners of Santa Catarina and from the old Secretary of Security and Information of Santa Catarina, used in the current master's degree research of this article's author, which the subject is the political repression in the *catarinense* state along the dictatorial period.

KEYWORDS: Archive, Digitalization, Military Dictatorship.

1 | INTRODUÇÃO

Cada vez mais o mundo digital adentra o cotidiano dos sujeitos do século XXI, trazendo novas características para suas práticas rotineiras – com os historiadores não poderia ser diferente. Para além da utilização de informações encontradas por meio de mecanismos de busca como o Google, o qual não configura um banco de dados organizado ou gerido por trabalho arquivístico, pesquisadores da área de história têm recorrido a um outro tipo de fonte proporcionado pela tecnologia: os documentos digitalizados¹. A proposta do presente artigo é trazer reflexões sobre os impactos que materiais dessa natureza podem realizar sobre paradigmas enfrentados há décadas por historiadores da ditadura militar – temática cujos arquivos ainda se encontram envolvidos em questões polêmicas em termos de acesso e armazenamento, mesmo após 25 anos da redemocratização. Além disso, há o intuito de demonstrar possíveis mudanças metodológicas ocasionadas pela digitalização de documentos, elencando prós e contras acerca de seus usos para a produção historiográfica. Para tanto, este simples trabalho terá como base a experiência de seu autor com fontes digitalizadas em sua pesquisa de mestrado; para pesquisar o processo repressivo no estado de Santa Catarina ao longo do período ditatorial, o mesmo utiliza conjuntos documentais do acervo da Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina e relatórios produzidos pela Secretaria de Segurança e Informações (SSI-SC) – ambos em formato digital.

Os materiais da Comissão de Indenização estão armazenados no acervo do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH), vinculado à Universidade do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis. É constituído por processos gerados a

1. Entendo por documentos digitalizados aqueles materiais que constituem *arquivos físicos em sua forma original* e que passam por processos de digitalização.

partir de requisições indenizatórias de vítimas das ações repressivas coordenadas por instituições catarinenses à época do regime autoritário, conformando rico conjunto de fontes. No interior das páginas processuais, fazem-se presentes testemunhos redigidos pelos solicitantes e material comprobatório dessas narrativas, como Inquéritos Policiais Militares (IPM's), matérias de jornais do período e transcrições de interrogatórios. Já os documentos da SSI-SC foram obtidos no Arquivo Público do Estado de São Paulo e são compostos por relatórios de investigações realizadas pela secretaria sobre diversos objetos que lhes eram suspeitos. Assim, serão realizadas discussões sobre problemáticas típicas de quem trabalha com fontes de tal gênero, desde acesso e armazenamento até implicações na análise documental, ante a possibilidade de que fontes históricas sejam digitalizadas. Os referidos materiais serão utilizados como exemplo, não sendo as discussões necessariamente ligadas a seu conteúdo. A ideia é que as reflexões se estendam para fontes digitalizadas de modo geral.

21 DOCUMENTOS DA DITADURA: ACESSO, ARMAZENAMENTO E DIGITALIZAÇÃO

O contexto em que estão envolvidos os arquivos da ditadura militar no Brasil impõe obstáculos ao trabalho dos pesquisadores. De acordo com Thiesen (2013), apesar dos avanços trazidos pela Lei de Acesso à Informação, ainda há dificuldades em reunir, organizar e principalmente comunicar sobre a documentação referente ao período. As causas para tanto são múltiplas: apropriação e retenção de documentos por parte de familiares de vítimas e de militares, materiais espalhados por diversos acervos do país, queimas de arquivo, legislação que torna secretos determinados conjuntos documentais, etc. Além disso, as complicações de acesso e armazenamento se fazem presentes em uma conjuntura nacional de disputa pela memória do regime autoritário; cada vez mais narrativas negacionistas (ou mesmo saudosistas) em relação ao período ganham força na sociedade brasileira do século XXI.

Carlos Fico (2012, p. 49) pontua que no Brasil há a argumentação por parte de determinados setores de que ambos os lados deveriam ser investigados e não somente as Forças Armadas; uma visão à la “teoria de los dos demonios” que atenua a violência de Estado e a justifica a partir das ações daqueles que resistiram a ela. Para Pierre Nora (1993, p. 8) vivemos em um tempo baseado na aceleração, onde o mesmo avança deixando rastros sobre os quais os historiadores se debruçam para construir as imagens do passado – segundo Pollak (1989), lugares de memória como os arquivos “solidificam” tais vestígios e funcionam como agregadores de rastros. Considerando que por vezes o silêncio das vítimas acerca de seus passados traumáticos é rompido somente no “quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política” (POLLAK, 1989, p. 8), ações como a Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina, que

se dispõe a reparar esses indivíduos por seu sofrimento e registra seus testemunhos nos processos de requisição indenizatória, são fundamentais para que as memórias silenciadas sejam trazidas à tona.

Afinal, na disputa pela memória da ditadura militar no Brasil, documentos dessa natureza podem funcionar como antidossiês (FICO, 2012, p. 53), trazendo assim a versão daqueles que sofreram com a repressão – é fundamental que se reúnam esses conjuntos documentais em acervos organizados e abertos à consulta. Conforme aponta Thiesen (2013), é preciso utilizar os materiais sobre a ditadura como uma ferramenta que possa fundamentar novas estruturas legais e éticas, sendo que a maneira com que Estados lidam com tais arquivos demonstra sua capacidade de serem de fato democráticos; “o arquivo é também um lugar social” (RICOUER, 2007, p. 177).

O projeto Memórias Reveladas, por exemplo, reuniu no Arquivo Nacional grandes quantidades de documentos referentes à ditadura militar, em um esforço cooperativo de alcance nacional com a participação de diversas entidades públicas e privadas do país (FICO, 2012; THIESEN, 2013); o projeto possui como pressuposto a criação de um “portal eletrônico conjunto, que permite o acesso à informação sobre diferentes acervos acompanhados de documentos digitalizados de diversos arquivos do país a partir da mesma base de dados integrada” (FREITAS e KNAUSS, 2009, p. 13). Entretanto, há ainda uma série de materiais cujo acesso é limitado, principalmente aqueles referentes a regiões fora do centro do país, como no caso catarinense. Parte dos materiais da Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina, utilizada em minha pesquisa, foi encontrada no Arquivo Público do Estado de São Paulo; o restante do conjunto está em algum acervo de outro estado, não sendo precisa a sua localização. Desse modo, mesmo que estejam reunidos e organizados em instituições com a finalidade de zelar pela documentação referente à ditadura, a questão da busca e do acesso segue sendo difícil para alguns pesquisadores – tal empecilho tem implicações na própria produção historiográfica sobre o período.

Joffily (2014, p. 4), ao falar de documentos dos antigos DOI-Codi e da Operação Bandeirante, afirma que o cruzamento entre fontes de diferentes acervos é muito importante, não devendo ser o historiador ingênuo de acreditar que apenas um conjunto documental possa ser suficiente para compreender o funcionamento do aparato repressivo; uma plataforma digital unificada e com ampla participação de entidades arquivísticas poderia contribuir nesse sentido, já que a facilidade de acesso colocaria à disposição do pesquisador uma gama diversa de documentos de diferentes localidades. No caso das fontes de minha pesquisa, o acervo da Comissão de Indenização está sob guarda do Instituto de Pesquisa em Ciências Humanas (IDCH), vinculado a UDESC. Os documentos estão em formato digital, resguardados em HD's externos e computadores da própria instituição.

Apesar do conteúdo desses documentos ser bastante rico, trata-se de processos de requisição indenizatória, constituindo casos de natureza individual e lacunares; o trabalho

do historiador que se dedica a lidar com os mesmos seria muito mais frutífero se houvesse a possibilidade de cruzá-los com materiais provenientes de outros acervos. Como dito anteriormente, os documentos do aparato repressivo referentes a Santa Catarina, que poderiam ser utilizados para essa finalidade, ainda são de difícil localização – uma plataforma unificada virtual que disponibilizasse materiais digitalizados para acesso remoto, aos moldes do projeto Memórias Reveladas, poderia solucionar esse impasse; ou mesmo que não divulgasse *online* os documentos, indicar em quais arquivos se encontram seria um facilitador. Ou seja, a criação de acervos digitais que permitam o acesso à distância aos documentos do regime incrementaria a produção de pesquisas, possibilitando inserir novas questões nos debates acerca da memória da ditadura – já que a finalidade dessa documentação no tempo presente é direcionada para a busca por reparação, a internet poderia ser um veículo potencializador (CASTRO, 2020, p. 257). Além disso, contribuiria para que compreendamos as ocorrências do período autoritário em lugares do país que carecem de estudos sobre o tema, como Santa Catarina.

Mas nem tudo são flores: o aspecto negativo da ideia fica por conta da preservação dos documentos digitalizados. Primeiramente, seu armazenamento é feito em aparelhos eletrônicos como computadores, HD's externos, *pen-drives* e CD's; tais dispositivos tornam-se obsoletos com o passar do tempo e exigem manutenção constante (FREITAS e KNAUSS, 2009; BAGGIO e FLORES, 2013). É necessário o recurso à assistência técnica especializada ou o treinamento de profissionais do arquivo para lidar com esses empecilhos, havendo sempre a alternativa de substituir os aparelhos com defeito por outros em estado de funcionamento adequado. Em qualquer desses casos há custos financeiros que nem sempre se enquadram no limite de gastos das instituições.

Soma-se a isso o fato de que, de acordo com Claudia Baggio e Daniel Flores (2013, p. 22), tal situação demanda que novas estratégias de armazenamento sejam desenvolvidas, mas outras práticas têm se mostrado dispendiosas e difíceis de se manter por necessitarem de maior suporte tecnológico e do trabalho de especialistas. “Apesar da existência de várias estratégias, e de que algumas possam ser mais viáveis que outras, ainda não há provas conclusivas quanto à eficácia, em longo prazo, de algumas delas” (BAGGIO e FLORES, 2013, p. 23). Assim, a criação de artifícios que tenham como base os meios digitais para facilitar o complicado acesso aos materiais da ditadura militar, pode esbarrar nas dificuldades técnicas e financeiras impostas aos arquivos devido às exigências suscitadas pela conservação desses materiais.

3 | FACILIDADES E CUIDADOS METODOLÓGICOS

Na ausência de uma plataforma unificada e *online*, o acesso à documentos dentro dos próprios arquivos também é impactado pela digitalização. Sistemas operacionais de computadores possuem ferramentas de busca em que basta digitar o nome do arquivo

ou pasta que se quer encontrar; de maneira analógica, seria preciso buscar estantes, gavetas, caixas, pastas, números ou letras que indicassem onde poderia estar o conjunto documental procurado, demandando ainda muito cuidado com o manuseio dos materiais para não danificá-los. Após isso, o historiador que desejasse ter para si o material de seu interesse, caso fosse permitido pela instituição, deveria fotografar cada um dos documentos e averiguar se todas fotos ficaram em qualidade aceitável – ou, em caso de não ser permitido fotografar os documentos, o pesquisador deveria copiar manualmente o conteúdo. Documentos digitalizados e com permissão para serem copiados podem ser transferidos para *pen-drives* e HD's externos, poupando o precioso tempo daqueles que conduzem pesquisas com prazos a cumprir.

Feito isso, resta ao pesquisador trabalhar na análise dessa documentação – e os arquivos em formato digital também apresentam certas vantagens nesse sentido. Para lidar com fontes da ditadura militar, é importante reunir materiais referentes ao órgão ou instituição do regime que seja o alvo da pesquisa, organizá-los em ordem cronológica de produção e mantê-los agrupados com base na organicidade de seu conteúdo (JOFFILY, 2014, p. 5); fazer esses movimentos dispondo de computadores torna-se muito menos trabalhoso do que realizá-los manualmente. Exemplificando, com o aparelho eletrônico é possível criar pastas com os nomes das instituições, inserir dentro delas outras pastas com as datas em que foram produzidos os materiais, colocar os arquivos dentro das mesmas e renomeá-los de acordo com a temática de cada um.

Com relação à análise documental em si, Joffily (2014, p. 6) aponta que é preciso atentar para detalhes do documento que se analisa, como as marcas, assinaturas e carimbos presentes no mesmo, assim como seus remetentes e destinatários. A documentação da Secretaria de Segurança e Inteligência de Santa Catarina, bem como os IPM's apresentados pelos requerentes da Comissão de Indenização, trazem de forma abundante marcas dessa natureza. A restauração de documentos por meio digital pode assim facilitar o trabalho do historiador – palavras ilegíveis devido às condições do documento e carimbos desgastados ou em tamanho pequeno demais são empecilhos resolvidos por meio de softwares de tratamento de imagens. O pesquisador pode dar *zoom* em trechos específicos, copiar rapidamente enunciados com fins de citação para editores de texto e até mesmo averiguar se um documento possui informações sobre o assunto que se pesquisa, através da ferramenta de busca por palavras no corpo do texto ativada por meio do comando “Ctrl+F”.

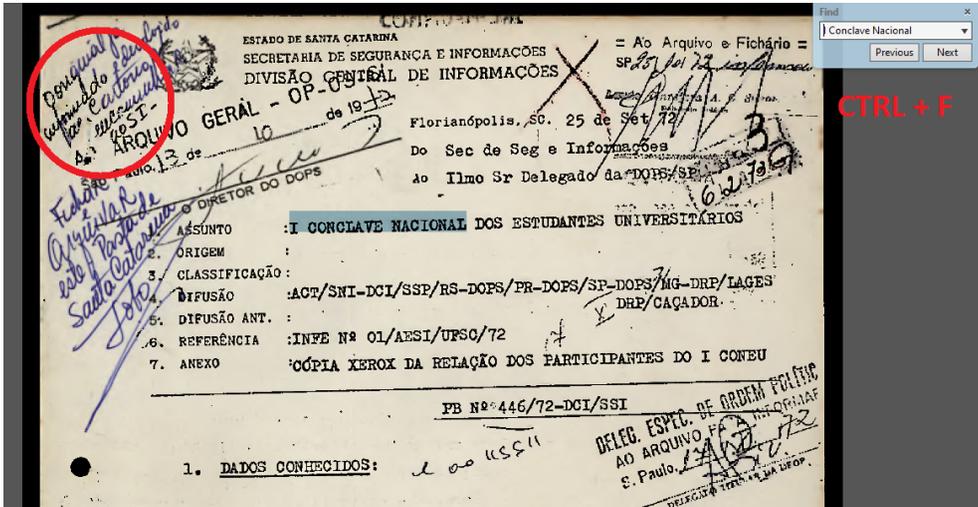


Figura 1 - Documento da SSI-SC com uso da ferramenta de busca textual e marcas de restauração que facilitam a visualização de detalhes

Fonte: Relatório da Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina sobre o I CONEU, disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

No entanto, apesar das facilidades proporcionadas, a digitalização de fontes também suscita cuidados relacionados à ética no trabalho dos historiadores. A documentação referente à ditadura militar se enquadra naquilo que chamamos de *documentos sensíveis* – trazem tanto informações secretas, reveladoras de ações e planos do Estado, quanto sobre as violações praticadas contra as vítimas, as quais por vezes são descritas em situação degradante – tal exposição é encarada por alguns como um dos agravantes da abertura dos arquivos da repressão (FICO, 2012; THIESEN, 2019). O assunto da privacidade é bastante polêmico e leva algumas instituições a tomarem medidas mais drásticas, como proibir o acesso à documentos que contenham nomes próprios, temendo que os maus usos das informações possam implicar em processos judiciais contra as entidades (FICO, 2012, p. 56). Se lugares de memória como os arquivos são a solidificação dos vestígios do passado, no caso dos documentos digitalizados é possível inferir que esse caráter sólido é substituído por certa fluidez.

Afinal, conforme foi exposto até aqui, a circulação dos conjuntos documentais é facilitada a partir tanto da utilização de aparelhos eletrônicos como computadores, *pen-drives* e HD's externos, quanto pela própria internet – para além dos documentos disponibilizados online, como aqueles pertencentes ao acervo do projeto Brasil Nunca Mais Digit@l², há historiadores que também compartilham com colegas fontes e arquivos que podem auxiliá-

2. Site que disponibiliza online os documentos utilizados na produção dos dossiês do projeto Brasil Nunca Mais em formato digital. Diferentemente do Memórias Reveladas, não configura uma plataforma unificada e possui ferramentas de busca mais simples.

los em suas pesquisas. É bastante difícil controlar a circulação de informações delicadas uma vez que a documentação é retirada da segurança dos arquivos e compartilhada pela *web*. O ideal talvez fosse evitar esse tipo de compartilhamento; em todo caso, se as circunstâncias realmente exigirem solidariedade com um companheiro da área que se encontra com grandes dificuldades na pesquisa, é importante ressaltar esses pontos ao mesmo, tomando providências antecipadas com a finalidade de evitar problemas com o uso das informações contidas nas fontes. Se engana quem pensa que estes ocorrem somente a partir de más intenções – fatores como inexperiência ou mesmo distrações também são causas do que De Baets (2013, p. 24) chama de “usos irresponsáveis da história”. Independente do intuito, a exposição descuidada do conteúdo desses documentos pode gerar processos aos pesquisadores e complicações para as vítimas, como constrangimento ou mesmo ataques por parte de defensores da ditadura.

Mais do que isso, Castro (2020, p. 260) afirma que o amplo acesso possibilitado pela facilidade de circulação de fontes digitalizadas pode ser útil para *diluir a autoridade dos historiadores*, buscando o incentivo à agentes de divulgação e problematização do conhecimento histórico na internet. Pois bem, não discordo que seja importante levar a história em sua concepção científica para além dos limites da academia, mas há de se ter cautela com afirmações dessa natureza. Primeiramente, ela fere uma das premissas mais importantes do ofício do historiador, a qual não se limita somente aos temas referentes à ditadura: ter os arquivos não significa ter a *história* (NORA, 1993, p. 13). Em segundo lugar, o indivíduo que se propõe a cursar história no ensino superior não passa os quatro anos de graduação – sem contar mestrado e doutorado – somente decorando datas, nomes e fatos; é ensinado a tratar de suas fontes com ferramentas metodológicas, sabendo diferenciar narrativas científicas das opiniões pessoais e indo além da simples reprodução do conteúdo dos documentos de que dispõe.

Nesse sentido, tanto a documentação da Comissão de Indenização quanto da SSI-SC, como qualquer conjunto de materiais ligado à ditadura, demandam alguns cuidados metodológicos em seu trato, a começar pelo entendimento do contexto em que foram produzidos (JOFFILY, 2014; THIESEN, 2013). Os documentos submetidos à comissão são pedidos de reparação financeira, cuja aprovação dependia das avaliações do grupo encarregado. Ou seja, por mais verdadeiras que fossem as afirmações trazidas nos testemunhos e respaldadas pela documentação comprobatória anexada, há também muitos artifícios retóricos visando o convencimento dos avaliadores – além de que a memória não é a reprodução fidedigna do passado vivido, mas uma construção feita no presente influenciada pelos processos situados entre a ocorrência da passagem narrada e o momento de sua exposição (SARLO, 2007). Já a documentação da Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina foi produzida em situações fora dos limites éticos da sociedade, a partir de artifícios como a espionagem, a alteração/criação de acontecimentos, a forja de documentos oficiais e através da prática de tortura, trazendo por

vezes discursos bastante convincentes acerca das convicções dos agentes da repressão, pautadas em ideais distorcidos de democracia, igualdade e defesa da população.

Sendo assim, se historiadores com formação acadêmica correm o risco de praticarem abusos e maus usos desse tipo de documentação, o que dizer de pessoas sem o preparo metodológico adequado? Faz-se necessário não somente permitir o acesso da população aos arquivos da ditadura pelos meios digitais, mas também pensar em maneiras de promover a produção científica sobre a temática e colocá-la à disposição da sociedade. Mais do que isso, é preciso refletir o papel dos historiadores diante do acesso público e facilitado pela digitalização aos acervos do regime, buscando assim fazer contrapeso às possíveis interpretações distorcidas do conteúdo desses materiais. Angela de Castro Gomes (2020) debate a categoria de *mediação intelectual* – resumidamente, os intelectuais mediadores são indivíduos engajados com produções científicas e que conseguem transmitir seus saberes às pessoas não necessariamente pertencentes ao meio acadêmico. O intelectual mediador escapa à imagem da intelectualidade ligada à homens entendidos enquanto grandes produtores de conhecimento “original”; tão importante quanto produzir saberes é simplifica-los e levá-los à sociedade sem que se perca seu caráter científico, o que constitui tarefa bastante trabalhosa. De acordo com a historiadora:

Produção e divulgação não são e nunca foram processos estanques. Um está ligado e não existe sem o outro; um alimenta o outro. A gente só produz conhecimentos e inovações – na física, na literatura, na pintura, seja lá no que for – com o objetivo de que tudo isso possa alcançar e circular entre públicos com tamanhos e perfis os mais diversos, e das formas mais variadas. (...) O intelectual mediador não é um repetidor, um transmissor eletrônico, uma linha de condução. Muito ao contrário, a mediação envolve processos complexos de criação cultural, logo, é também um trabalho que “cria” algo específico e original. E faz isso, inclusive, por estar dirigida a um público amplo, que não é o dos pares. As práticas culturais de mediação realizadas por esses intelectuais devem se orientar pelos mesmos critérios de cientificidade e ética vigentes para a produção acadêmica. O público muda, mas a seriedade do trabalho intelectual não (GOMES, 2020, online).

Assim, se a circulação de conjuntos documentais da ditadura militar é facilitada por sua digitalização, é preciso que os profissionais da área de história também movimentem seus saberes e desempenhem novas funções. É preciso estabelecer aproximações com o grande público e a própria internet pode ser o caminho para comunicação entre as partes; acadêmicos cada vez mais divulgam seus saberes de forma simples sobre o período ditatorial através das redes sociais, com páginas voltadas à temática, visando levar para além dos muros da academia o conhecimento histórico. Logo, usar os mesmos canais pelos quais circulam os arquivos digitalizados da ditadura para trazer saberes relacionados ao contexto de sua produção pode ser uma alternativa, ainda que imperfeita, de amenizar os possíveis problemas ocasionados pelo livre acesso aos mesmos por pessoas sem afinidade com metodologias de produção historiográfica.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso aos acervos da ditadura militar configura também importante aspecto para a completude da transição democrática; entretanto, no caso brasileiro, diversos fatores dificultam sua localização e o contato de pesquisadores com os mesmos. A digitalização dos materiais que já se encontram à disposição nos arquivos permitiria a criação de uma plataforma digital unificada, reunindo documentos de diferentes instituições arquivísticas e facilitando seu acesso ou localização – programas com esse viés já estão em andamento e demonstram como é possível a realização de tal ideia, sendo o principal exemplo o Projeto Memórias Reveladas. Dessa maneira seria possível a realização de um número maior de pesquisas, trazendo novas reflexões para a disputa de narrativas acerca da memória da ditadura militar, bem como saberes sobre as ocorrências do período em localidades com déficit de produções acadêmicas sobre o tema. Em contrapartida, o armazenamento de documentos digitalizados não é tão simples quanto parece, demandando manutenção dos dispositivos onde os mesmos ficam resguardados, recurso à assistência técnica, treinamento de profissionais dos arquivos e a substituição constante de aparelhos – operações custosas que podem não se enquadrar no orçamento das entidades responsáveis. Há ainda o fato de que novas estratégias para armazenar tal documentação têm se mostrado demasiado dispendiosas e de eficácia à longo prazo não comprovada.

Metodologicamente, a restauração de documentos digitalizados oferece comodidades aos pesquisadores, tais quais transporte e organização simplificados, visualização de partes desgastadas dos documentos, ampliação de determinados trechos com *zoom*, encontrar com mais agilidade aquilo que se procura através de ferramentas de busca, copiar o conteúdo rapidamente, manuseio sem riscos de dano ao material e tantos outros fatores. Apesar disso, torna-se difícil controlar a circulação desses acervos quando retirados da segurança dos arquivos, especialmente se divulgados na internet. Há, portanto, a intensificação dos aspectos éticos do trabalho com tais fontes, principalmente por carregarem conteúdos sensíveis e que trazem feridas ainda não cicatrizadas de um passado recente. Mais do que permitir sua circulação e acesso por parte do grande público, é necessário tomar medidas que possam contrabalancear possíveis maus usos desses conjuntos documentais – a figura do historiador na mediação do encontro entre a sociedade e os documentos da ditadura militar é fundamental nas referidas circunstâncias.

Em suma, de acordo com as reflexões aqui realizadas, a digitalização de documentos da ditadura militar possui pontos positivos e negativos que podem ser organizados da seguinte maneira – Prós:

- Possibilidade de criar acervos unificados que reúnam a documentação fragmentária ligada ao tema da repressão;
- Facilidade de acesso ao conteúdo de arquivos longínquos pode auxiliar na produção de mais pesquisas, incrementando os debates acerca da memória da di-

tadura e possibilitando a compreensão das ocorrências do período em lugares que carecem de estudos sobre o mesmo;

- Rapidez de acesso aliada à facilidade de armazenamento, transporte e organização;
- Ferramentas simples em *softwares* agilizam o processo de análise das fontes e a observação de detalhes dos documentos.

Contras:

- Obsolescência de *hardwares* requer constante manutenção, atualização de programas de armazenamento em diversos aparelhos eletrônicos;
- Poucas estratégias de preservação de arquivos digitalizados são eficientes à longo prazo em termos de custo/benefício;
- Uma vez retirados dos arquivos, a circulação de documentos sensíveis no ambiente digital é difícil de ser controlada e demanda cuidados éticos, havendo o risco de exposição das vítimas e de segredos de Estado.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, C. C.; FLORES, D. Documentos digitais: preservação e estratégias. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 27, n. 1, jan./jun. 2013, p. 11-24.

CASTRO, Miguel Barboza. Usos do passado sensível em ambiente digital: o “Brasil Nunca Mais Digital” e o projeto “eva.stories”. **Esboços**, Florianópolis, v. 27, n. 45, maio/ago. 2020, p. 249-263.

DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. **RBH**. São Paulo, v. 33, n. 65, 2013, p. 17-60.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, junho de 2012, p. 43-59.

FREITAS, C. R.; KNAUSS, P. Usos eletrônicos do passado: digitalização de documentos e políticas de arquivos. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, v. 4, n. 2, jun. 2009, p. 3-16.

GOMES, Angela de Castro. O lugar dos “Intelectuais mediadores”: entrevista com a Angela de Castro Gomes. Entrevistadores: Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira. In: **Café História**. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/intelectuais-mediadores-entrevista-angela-de-castro-gomes/>>. Publicado em: 31 ago. 2020.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**. Vitória, v. 32, p. 2-28, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THIESEN, Icléia. Documentos “sensíveis”: produção, retenção, apropriação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 8, n. 2, 2013.

_____. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.24, número especial, jan./mar. 2019, p. 06-22.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afoxés 163, 164, 166, 167, 169, 170, 173, 174

Amazônia Maranhense 107, 108

Assédio Sexual 1, 2, 3, 7, 8, 15, 16

B

Belle Époque 37, 38, 43, 44, 161

Brasil 2, 7, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 61, 65, 72, 73, 74, 76, 78, 81, 85, 89, 92, 93, 109, 114, 119, 120, 122, 124, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 163, 165, 173, 175, 182, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 220, 221, 230, 231, 233, 255, 265, 266, 269, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

C

Camponeses 93, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 127

Comunidades 79, 80, 86, 87, 88, 89, 94, 95, 99, 101, 103, 107, 109, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 184

Cura 145, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 162

D

Decolonial 79, 80, 81, 84, 90, 91, 93

Diocese 77, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 177, 178, 180, 186

Ditadura Militar Brasileira 263, 297

E

Educação Infantil 31, 32

Ensino de História 298

Escolas 1, 3, 7, 12, 14, 15, 16, 20, 25, 81, 87, 119, 146, 147, 166, 184, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 282

Esquerda 113, 280, 288, 289, 291, 294, 295, 296, 297

Estudo de Caso 1, 3, 31, 32, 35, 126

Exposed 1, 2, 3, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 94

F

Federações Camponesas 94

Feminismo 31, 32, 33, 34, 35, 36, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 44, 46, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 217, 265, 298

Geografia 76, 107, 115, 116, 118, 187, 298

H

História 1, 7, 17, 28, 29, 30, 32, 36, 37, 38, 44, 45, 46, 52, 53, 54, 77, 78, 79, 81, 87, 90, 91, 92, 93, 105, 107, 110, 114, 118, 119, 124, 130, 131, 132, 136, 152, 154, 155, 162, 163, 165, 167, 168, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 194, 203, 205, 206, 207, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 242, 255, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 270, 271, 273, 274, 275, 281, 282, 283, 287, 288, 289, 297, 298

I

Indígenas 55, 56, 59, 60, 68, 72, 74, 75, 76, 80, 83, 89, 90, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 123, 127, 132, 134, 136, 139, 140, 141, 169, 170, 171, 173, 180

Insurgência 132, 141

L

Luta pela Terra 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 103, 120, 121, 123, 125, 128, 129, 130

M

Medicina 24, 27, 28, 55, 76, 107, 156, 157, 158, 159, 161, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Memórias 113, 131, 167, 182, 189, 206, 208, 216, 263, 266, 267, 269, 272

P

Paradigmas 263, 264

Pentecostalismo 144, 145, 148, 149, 150, 151, 153

Peregrina 219, 224, 227

Q

Quilombolas 80, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 125

R

Religião 48, 72, 88, 118, 120, 130, 131, 133, 135, 137, 140, 142, 144, 148, 151, 152, 153, 172, 173, 175, 220, 222, 226

Religiosidade 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 167, 169, 171, 173, 176, 219, 222, 225

Repentista 204, 205, 206, 214, 216

Representações 37, 38, 44, 54, 78, 80, 112, 154, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 173, 174,

175, 177, 182, 185, 204, 219, 229, 276, 278, 280

Retratos Fotográficos 37, 38, 39, 43, 44

S

Sala de Aula 1, 2, 3, 7, 10, 12, 14, 15, 31, 205

Saúde 1, 7, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 100, 107, 147, 156, 158, 159, 161, 187, 189, 190, 191, 192, 196, 203, 211, 284

Sexualidade 3, 4, 6, 7, 15, 32, 33, 45, 47, 48, 50, 53, 54, 76, 78, 81, 83, 84, 91, 92

Sociedade Colonial 45, 52

V

Vida Pública 126, 173, 231

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4